

DECLARAÇÃO CONJUNTA DE SOLIDARIEDADE CONTRA A AGRESSÃO MILITAR AO IRÃO

1 DE MARÇO DE 2026

Nós, uma coligação de forças progressistas, sindicatos, movimentos juvenis e femininos, redes de justiça baseadas na fé, ativistas acadêmicos, organizações pan-africanas e afro-diaspóricas, e formações comunitárias em África, Caraíbas, América Latina, América do Norte, Europa e Ásia, não falamos com uma única voz ideológica; não partilhamos uma única análise do Estado iraniano, da sua política ou da conduta histórica dos Estados Unidos no Médio Oriente.

Mas partilhamos algo mais fundamental: um compromisso com a dignidade humana, a soberania popular, a autodeterminação democrática e a guerra ilegal imposta pelos Estados Unidos e Israel ao Irão, o assassinato do Líder Supremo, o rapto do Presidente venezuelano e o bloqueio ilegal de Cuba, juntamente com as fracturas democráticas não resolvidas dentro dos próprios Estados Unidos, convergiram numa única questão global: O poder será limitado pela lei, ou será a lei dobrada para legitimar o poder?

Este documento conjunto é publicado nesse momento de convergência, denunciando o ataque à soberania pelos Estados Unidos e Israel.

Onde discordamos (e continuamos juntos)

Expressamos as nossas diferenças abertamente, porque a unidade construída no silêncio não é nem duradoura nem honesta. A maioria entre nós considera que qualquer ação armada externa contra o Irão, independentemente da justificação, constitui uma violação inadmissível da soberania e um precedente perigoso para o Sul Global. Outros entre nós até defendem que o Irão deve proteger o direito da sua população a protestos pacíficos. Alguns de nós rejeitam as sanções categoricamente como punição coletiva; Outros argumentam que medidas multilaterais, aquém da força militar, podem ser legais se forem genuinamente concebidas para proteger civis.

No entanto, através destes desacordos, partilhamos linhas vermelhas inegociáveis: Nenhuma conquista disfarçada de resgate. Nenhuma repressão disfarçada de ordem. Nenhuma punição coletiva disfarçada de política. Nenhuma impunidade disfarçada de estabilidade.

No que concordamos: princípios que não mudam com as bandeiras

A proibição do uso da força não é opcional

A regra que proíbe o uso da força contra a integridade territorial ou a independência política dos Estados é uma pedra angular do sistema internacional.

A soberania popular pertence aos povos, não aos patronos

O futuro político do Irão deve ser determinado pelos próprios Irãs, não através de coerção, política de assassinatos ou transições impostas externamente.

Medidas coercivas unilaterais que aprofundam o sofrimento violam o núcleo moral do direito

Sanções que prejudicam deliberadamente o acesso a alimentos, medicamentos, finanças ou desenvolvimento não podem ser conciliadas com obrigações de direitos humanos.

As democracias não podem exportar aquilo que não querem proteger internamente

A credibilidade global de um Estado é inseparável da sua conduta democrática interna. A inconsistência democrática enfraquece a autoridade moral e corroe a legitimidade da ação externa.

Guiados pelo Direito Internacional e pela solidariedade entre as nações, apelamos aos seguintes passos imediatos e práticos:

- Condenar inequivocamente a agressão militar contra a República Islâmica do Irão.
- Instar o Conselho de Segurança das Nações Unidas a convocar uma sessão de emergência e a iniciar uma investigação independente sobre a legalidade do ataque.
- Desescalada imediata e cessação de novas ações militares ou ameaças contra o Estado do Irão e o seu povo.
- Garantias de proteção civil, com apelo imediato para parar os bombardeamentos de crianças iranianas e áreas civis.
- Apelar à proteção da soberania iraniana
- Cessação de sanções e medidas económicas destinadas a causar sofrimento à população, rejeitando a instrumentalização das sanções económicas, bloqueios e exclusão financeira como instrumentos de coerção e punição coletiva.
- Apoiar vias diplomáticas e negociações multilaterais que respeitem os direitos soberanos e procurem uma resolução pacífica.
- Mobilizar protestos públicos amplos, fóruns e campanhas educativas para expor o custo humano da intervenção militar unilateral.

A nossa posição assenta no mais amplo conjunto de compromissos internacionais e regionais, incluindo, mas não se limitando a, a Carta das Nações Unidas (igualdade soberana, não uso da força, não intervenção, autodeterminação), a Declaração sobre Relações de Amizade (1970), a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o PIDCP e o TPICR, as Convenções de Genebra, o Estatuto de Roma do TPI, os quadros da ONU e do ACNUDH que abordam o impacto dos direitos humanos de medidas coercivas unilaterais,

Afirmamos que a paz não pode ser alcançada através de ataques aéreos ou intimidação militar. A paz sustentável requer diálogo, reconhecimento mútuo e adesão às normas internacionais.

Os povos do mundo não devem suportar o custo da rivalidade geopolítica expressa através da força armada. A guerra contra o Irão é guerra contra todos os povos livres do mundo. É um risco económico global, uma ameaça humanitária e um desafio direto à ordem jurídica internacional.

Estamos a assistir a esta agressão hoje na Venezuela, no Irão e em muitos outros lugares, mas quem será o próximo? Se não nos unirmos contra esta ameaça agora, nenhum país, seja nosso ou outro, estará seguro amanhã

Parar a Guerra ao Irão. Defender o Direito Internacional. Defender os direitos de todos os povos.

ASSINADO

SIGNATÁRIOS

Ação para o Desenvolvimento da Juventude Angolana e Estrangeira (ADJAE), Angola
Amigos do Congo, República Democrática do Congo
APP/Benin, França
APP/Burkindi, Burkina Faso
Associação ANJUD (Associação Nigerina da Juventude Unida para o Desenvolvimento), Níger
Associação Sinergia Pan-Africana (ASPA), Chade
Centro de Paz e Justiça de Kisumu, Quênia
Coalizão da Diáspora Togolesa para Mudança e Democracia (CODITOGO), Togo
Coletivo África, França
Comitê Cultural para a Democracia no Benin (CCDB), Benin
Comitê para Atividades Econômicas Externas OCDS BRICS, Nigéria
Confederação Geral dos Trabalhadores da Costa do Marfim (CGT-CI), Costa do Marfim
Confederação Sindical dos Trabalhadores do Benin (CSTB), Benin
Convention People's Party, Gana
Coordenação Nacional das Associações de Vigilância Cidadã (CNAVC), Burkina Faso
Coordenação Nacional do Planeta da Juventude Pan-Africanista de Burkina Faso (PJP-BF), Burkina Faso
Dinâmica Unitária Pan-Africana, França
Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores das Empresas de Zona Franca e Têxteis – SEMPIZOFI, Madagascar
Federação Nacional da Educação (FNE), Marrocos
Forças Vigorosas e Patrióticas do Mali (FVPM Faso Josira), Mali
Frente para uma Revolução Popular e Pan-Africana Anti-Imperialista (FRAAP), Senegal
Frente Progressista Pan-Africana, Gana
Liga Pan-Africana – Umoja, França
Movimento Africano da Juventude para a Promoção da União Africana (MJAPUA), Gabão
Movimento Harbista, Djibuti

Movimento Pan-Africano, República Democrática do Congo

Movimento Pan-Africano das Mulheres pela Liberdade dos Povos e Progresso Social (MFLPP), Benin

Movimento Progressista dos Povos Africanos, Guiné Conacri

Movimento Socialista de Gana (SMG), Gana

Movimento Tunísia Avante, Tunísia

New Power Europe, Gabão

Nós Podemos, Mauritânia

Organização Pan-Africana, Gana

Pan-Africanismo Hoje, África do Sul

Pan-Africanistas Mabedja, Comores

Partido Comunista do Benin (PCB), Benin

Partido Comunista Sudanês, Sudão

Processo das Comunidades Negras (PCN), Colômbia

Quartel-General da Revolução (QGR), Mali

State55 Afrika, Camarões

Suluhu, Comores

Syres-Costa do Marfim (União para a Revalorização do Pessoal do Ensino Secundário da Costa do Marfim), Costa do Marfim

União das Populações dos Camarões – Manifesto Nacional para o Estabelecimento da Democracia (UPC-MANIDEM), Camarões